



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 • info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório da reunião do Comité Executivo 10 de novembro de 2020 – Videoconferência

O relatório da reunião anterior, bem como a ordem de trabalhos, foram validados pelos membros do Comité Executivo.

1. Validação de projetos de parecer

a. Espécies invasivas

Nicolas Fernandez Munoz (Presidente do GT Pescas Tradicionais) lembrou a importância deste parecer. A situação atual no Golfo de Cádiz é muito preocupante, sendo que se pode propagar para o norte. A União Europeia deve adotar medidas para melhor controlar as águas de lastro e combater a introdução de espécies invasivas no território. Nicolas Fernandez Munoz lembrou também, em resposta a Aurelio Bilbao (OPESCAYA), que atualmente não é possível limpar as zonas afetadas porque as algas formam um denso tapete e reproduzem-se muito eficazmente. As algas danificam os engenhos de pesca (redes, anzóis, etc.). Francisco Portela Rosa (VIANAPESCA) lembrou também que é importante agir antes que se criem zonas mortas, sem oxigénio na água, como pode ser o caso de parte do mundo.

O parecer foi validado na íntegra pelo conjunto dos membros do Comité Executivo.

b. Modernização dos navios

Juan-Manuel Trujillo (ETF) lembrou os objetivos deste parecer, ou seja, rever a política comum das pescas para permitir a modernização dos navios de pesca, sem aumentar a capacidade. Tal é necessário, tendo em conta a idade média avançada dos navios de pesca europeus, e com vista a adaptar os navios à utilização de novas tecnologias (nomeadamente para o controlo).

Apesar de os membros do setor que se pronunciaram (Francisco Portela Rosa, Julien Lamothe, Serge Larzabal, Nicolas Fernandez Munoz, Humberto Jorge) estarem a favor deste parecer e agradecerem a iniciativa, os membros representantes das ONG ambientais (Ana Matis, Raul Garcia) manifestaram reservas. De facto, mesmo compreendendo o problema levantado pelo setor, consideram que ainda há pontos a trabalhar. Segundo eles, as medidas de controlo atuais não permitem impedir a sobrexploração do conjunto de espaços, nomeadamente para as espécies que não estão sujeitas ao TAC. As ONG pretendem que se realize um debate mais técnico, antes de serem tomadas decisões para modificar a regulamentação atual.

Julien Lamothe (ANOP) e Serge Larzabal (CNPMM) lembraram que estão disponíveis elementos técnicos (relatório CCTEP, estudo da UAPF, etc.) e que o debate dura há mais de 30 anos, o argumento das ONG não é, segundo eles, aceitável, e pretendem que o parecer seja validado.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 • info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

O Comité Executivo decidiu validar o parecer sob reserva da adição de uma posição minoritária das ONG ambientais.

c. Possibilidades de pesca para as espécies de águas profundas

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) lembrou os fatores associados a este parecer, sendo que as populações não dispõem de uma avaliação científica analítica e a respetiva gestão é portanto difícil e limitada pela falta de dados.

Nicolas Fernandez Munoz (OP Conil) indicou uma diferença de gestão entre Marrocos e a União Europeia relativamente ao goraz e pretende que isso conste do parecer, para que possam ser implementados acordos para a população partilhada.

O parecer foi validado pelos membros do Comité Executivo, sob reserva da adição proposta por Nicolas Fernandez Munoz.

a. Possibilidades de pesca para 2021

Os membros questionaram a ausência de resposta ao parecer 139 relativamente à Declaração de Política, publicado pelo CC SUL em agosto de 2020. (A Comissão informou posteriormente o secretariado que tal se devera ao facto de o parecer 139 ser uma resposta à Declaração de Política que não exigia uma resposta da DG MARE).

Na ausência de comentários por parte dos membros, o parecer foi validado.

2. Covid-19, criação de um GT Ad-Hoc

Nicolas Fernandez Munoz lembrou este pedido efetuado pelo GT Pescas Tradicionais. Foram apresentadas informações pelo secretariado relativamente às restrições técnicas (15 membros, 3 por "família" do CC Sul).

O conjunto dos membros que se manifestaram (Serge Larzabal, Raul Garcia, Jean-Marie Robert, Jorge Saez Jimenez) posicionaram-se a favor da criação deste grupo, desde que sejam definidos objetivos claros, nomeadamente em termos de partilha de informações.

O secretariado do CC SUL consultará os membros para nomear os participantes deste grupo. Nicolas Fernandez Munoz irá propor termos de referência para este GT Ad-Hoc.

3. Gestão da Lagosta-vulgar

Erwan Quemeneur e Anthony Gueguen, respetivamente do CDPMEM du Finistère e do CRPMEM Nouvelle-Aquitaine, apresentaram as medidas implementadas por França para melhorar a gestão da lagosta-vulgar nas suas águas (apresentação disponível no website do CC SUL). Desde 2009, foram adotadas efetivamente várias medidas com vista a reconstruir esta população, cuja abundância sofreu uma redução considerável a partir dos anos 50: tamanho mínimo da cabeça de 11 cm (ou seja, uma lagosta de 1 Kg, em média),



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 • info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

período de paragem, proibição de pesca das fêmeas em desova, marcação para combater a pesca ilegal. O tamanho mínimo de 11 cm permite assegurar que as lagostas se possam reproduzir pelo menos uma vez e foi principalmente esta medida que permitiu o aumento atual da abundância.

Estas medidas começam a dar frutos, sendo os resultados particularmente encorajadores nos últimos anos. A avaliação da população realiza-se a partir da observação das larvas de lagosta efetuada através de mergulhos realizados pelo IFREMER e graças aos dados de desembarque e do OBSMER.

Erwan Quemeneur e Anthony Gueguen pretendem hoje iniciar uma troca de pontos de vista com os representantes espanhóis e portugueses, para generalizar as boas práticas, em particular relativamente ao tamanho mínimo.

Os membros que se manifestaram estão a favor da implementação de debates entre os diferentes Estados-Membros através do CC SUL (Francisco Portela Rosa, Raul Garcia, Humberto Jorge, Serge Larzabal, Javier Lopez, Nicolas Fernandez Munoz, Juan-Manuel Trujillo)

Por decisão do Comité Executivo, o secretariado transmitirá aos membros a apresentação efetuada e concederá tempo para os membros consultarem os respetivos aderentes antes de identificar os voluntários para a criação de um grupo Ad-Hoc. Esse grupo terá como objetivo propor um plano de gestão para a lagosta-vulgar.

4. Funcionamento do CC SUL

Aurelio Bilbao (Presidente do CC SUL) introduziu este tema relembrando os eventos que levaram o secretariado a acrescentá-lo à ordem de trabalhos. Em março de 2020, uma correspondência relativa à pandemia da Covid-19, redigida pelo CC SUL, deu origem ao descontentamento dos membros pertencentes a ONG, relativamente ao método adotado para a validação (pelo Presidente e os Vice-presidentes e não o Comité Executivo).

Por outro lado, várias ONG europeias endereçaram à DG MARE uma correspondência que revelava o mau funcionamento dos Conselhos Consultivos.

Javier Lopez (Vice-presidente do CC Sul/OCEANA) agradeceu a Aurelio Bilbao esta contextualização e informou que várias ONG tinham recentemente abandonado Conselhos Consultivos na sequência do mau funcionamento, mas também para se concentrarem nos CC que funcionam melhor e que se deveria evitar essa situação no CC SUL. Javier Lopez lembrou que é importante efetuar o trabalho de melhoria interna antes de recorrer à Comissão Europeia e que os membros podem manifestar as suas pretensões, não apenas as ONG. Apesar de haver pontos a melhorar, Javier Lopez identificou também pontos positivos, para os quais o CC SUL funciona muito bem, nomeadamente a representação do CC SUL nas reuniões exteriores e a inclusão de pareceres minoritários.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 • info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Pascale Colson (DG MARE) agradeceu ao CC SUL esta iniciativa, sendo importante manifestar transparência e reconhecer que há muito a ganhar com este debate. Segundo Pascale Colson, esta situação é recorrente e muitas dificuldades derivaram do regulamento da PCP e do ato delegado que rege a atividade dos Conselhos Consultivos. A Comissão tem como objetivo modificar esse ato delegado, graças às propostas que serão transmitidas pelos Conselhos Consultivos. É importante para a Comissão que o conjunto dos intervenientes seja representado no seio dos CC (setor como ONG).

Serge Larzabal (Vice-presidente do CC SUD) questionou-se relativamente à proposta de modificação do ato delegado, caso se trate de modificar a repartição de assentos nos Conselhos Consultivos tal não lhe parece correto, por outro lado, podem ser consideradas modificações relativamente ao funcionamento dos CC. Já foram implementadas modificações ao funcionamento do CC SUL no passado, sendo que todas essas dificuldades lhe pareceram estar solucionadas e que o CC SUL funciona atualmente bem.

Nicolas Fernandez Munoz (OP Conil/Presidente do GT Pescas Tradicionais) sublinhou que o CC SUL já existe há 13 anos, e isso revela, em sua opinião, o interesse dos seus membros nesta estrutura, considerando que todos os temas propostos são tratados, não obstante a falta de dinamismo que pode limitar os debates.

Apesar de Julien Lamothe (ANOP) agradecer a Javier Lopez a sua intervenção, manifestou algumas incertezas relativamente à posição das ONG e à correspondência enviada à CE: é difícil identificar os reais problemas e motivos iniciais das ONG, que podem estar simultaneamente relacionados com o mau funcionamento de um CC, mas também com a vontade interna de a ONG privilegiar determinados CC em detrimento de outros. Julien Lamothe indicou também esperar mais da Comissão, nomeadamente aquando das reuniões, ou seja, dispor de mais elementos da parte da CE para desobjetivar os propósitos.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) solicitou às ONG que especificassem os seus propósitos e entende que como as ONG não saíram do CC SUL, tal indica que o trabalho deste CC é bom.

Jorge Saez Jimenez (SOLDECOCOS) solicitou que possam ser apresentados projetos locais durante os GT do CC SUL e que sejam fornecidas mais informações aos novos membros aquando da respetiva inscrição.

Raul Garcia, insistiu no papel dos Conselhos Consultivos na regionalização, sendo que uma auditoria externa poderia ajudar a identificar os pontos de melhoria e a reforçar a inclusão. Não existem ONG francesas no CC SUL.

Pascale Colson (DG MARE) agradeceu aos membros as respetivas intervenções. A troca de pontos de vista entre os Conselhos Consultivos e os Estados-Membros é importante, e se não ocorre há que melhorar esse aspeto. É importante acreditar que os Conselhos





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Consultivos podem funcionar, há que propor as melhorias necessárias. Não se trata de modificar as regras de repartição nos Conselhos Consultivos.

Aurelio Bilbao (Presidente do CC SUL) concluiu o assunto destacando dois pontos. Por um lado, existe um pedido das ONG, que tem de ser determinado, especificado para o CC SUL, para que possamos fornecer respostas adaptadas. Por outro lado, a questão do funcionamento do CC SUL, que pode ser sempre melhorado. Aurelio Bilbao lembrou que todos os membros podem transmitir a qualquer momento as suas propostas ao secretariado, quer sejam questões, comentários ou críticas.

CONCLUSÃO

- Parecer sobre Espécies invasivas: validado na íntegra
- Parecer sobre a Modernização dos navios: validado sob reserva da adição de um parecer minoritário das ONG ambientais
- Parecer sobre Águas profundas: validado sob reserva da adição da modificação proposta por Nicolas Fernandez Munoz
- Parecer sobre o TAC 2021: validado na íntegra

- O secretariado irá consultar os membros para identificar os que pretendem participar num grupo Ad-Hoc sobre Covid-19 e/ou no grupo Ad-Hoc sobre a Lagosta-comum.

- As ONG ambientais do CC SUL são convidadas a especificar os respetivos pedidos junto do secretariado.

